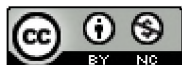


Licença

Copyright (c) 2025 CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

Fonte: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/21260> .

Acesso em: 26 jan. 2026.

Referência: SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. Raíces da resistência: quilombos Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes no Baixo Amazonas (PA).

Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v.18, n.10, p. 01-25, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.10-042>. Disponível em:

<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/21260>. Acesso em: 26 jan. 2026.



Raízes da resistência: quilombos Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes no Baixo Amazonas (PA)

Roots of resistance: the quilombos of Muratubinha, Mondongo and Igarapé Açú dos Lopes in the Lower Amazon (PA)

Raíces de la resistencia: los quilombos de Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes en el Bajo Amazonas (PA)

DOI: 10.55905/revconv.18n.10-042

Originals received: 9/3/2025

Acceptance for publication: 9/26/2025

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos

Doutor em Antropologia

Instituição: Universidade de Brasília (UNB)

Endereço: Brasília – Distrito Federal, Brasil

E-mail: carlosalexandre@unb.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0606-4342>

RESUMO

O estudo investiga a relevância da história e da memória para as comunidades quilombolas do Baixo Amazonas, destacando seu papel como registros do passado e instrumentos de afirmação identitária, resistência e permanência nos territórios ancestrais. A pesquisa parte do reconhecimento de que, nos quilombos Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes, localizados em Óbidos (PA), a preservação da memória coletiva e das narrativas de resistência é central para compreender modos de vida, práticas sociais e estratégias de enfrentamento da população negra desde o período colonial. O objetivo principal consiste em analisar a presença negra no Baixo Amazonas e a construção das comunidades quilombolas a partir da articulação entre oralidade, transmissão de saberes e memória comunitária. Para tanto, adotou-se uma metodologia qualitativa, fundamentada em pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2020 e entre março e abril de 2023, com a aplicação de entrevistas e levantamento censitário das comunidades mencionadas. Complementarmente, foi utilizada uma abordagem histórico-descritiva e a análise de documentos que permitiram traçar o percurso da ocupação negra na região, desde o período colonial até a atualidade. Os resultados evidenciam que as comunidades quilombolas de Óbidos constituem espaços de resistência e continuidade histórica, nos quais a memória fortalece a identidade coletiva e sustenta as lutas por reconhecimento e manutenção territorial. O estudo demonstra que a história dessas comunidades transcende o registro acadêmico, configurando-se como prática viva de resistência cultural e social.

Palavras-chave: quilombolas, baixo Amazonas, memória, identidade, resistência.

ABSTRACT

This study investigates the relevance of history and memory for the quilombola communities of the Lower Amazon, highlighting their role as records of the past and as instruments of identity



affirmation, resistance, and permanence in ancestral territories. The research recognizes that, in the quilombos of Muratubinha, Mondongo, and Igarapé Açú dos Lopes, located in Óbidos (PA), the preservation of collective memory and narratives of resistance is central to understanding the ways of life, social practices, and strategies of resilience of Black populations since the colonial period. The main objective is to analyze the Black presence in the Lower Amazon and the formation of quilombola communities through the articulation of orality, knowledge transmission, and community memory. To this end, a qualitative methodology was employed, based on field research conducted in February 2020 and between March and April 2023, which included interviews and a population census of the mentioned communities. Additionally, a historical-descriptive approach and document analysis were used to trace the trajectory of Black occupation in the region, from the colonial era to the present. The results show that the quilombola communities of Óbidos represent spaces of resistance and historical continuity, where memory strengthens collective identity and supports struggles for recognition and territorial rights. The study demonstrates that the history of these communities goes beyond academic record, constituting a living practice of cultural and social resistance.

Keywords: quilombolas, lower Amazon, memory, identity, resistance.

RESUMEN

El estudio investiga la relevancia de la historia y la memoria para las comunidades quilombolas del Bajo Amazonas, destacando su papel como registros del pasado y como instrumentos de afirmación identitaria, resistencia y permanencia en los territorios ancestrales. La investigación parte del reconocimiento de que, en los quilombos Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes, ubicados en Óbidos (PA), la preservación de la memoria colectiva y de las narrativas de resistencia es central para comprender los modos de vida, las prácticas sociales y las estrategias de afrontamiento de la población negra desde el período colonial. El objetivo principal consiste en analizar la presencia negra en el Bajo Amazonas y la conformación de las comunidades quilombolas a partir de la articulación entre oralidad, transmisión de saberes y memoria comunitaria. Para ello, se adoptó una metodología cualitativa, fundamentada en trabajo de campo realizado en febrero de 2020 y entre marzo y abril de 2023, con la aplicación de entrevistas y un censo poblacional de las comunidades mencionadas. Complementariamente, se utilizó un enfoque histórico-descriptivo y el análisis de documentos que permitieron trazar el recorrido de la ocupación negra en la región, desde la época colonial hasta la actualidad. Los resultados evidencian que las comunidades quilombolas de Óbidos constituyen espacios de resistencia y continuidad histórica, en los cuales la memoria fortalece la identidad colectiva y sostiene las luchas por reconocimiento y mantenimiento territorial. El estudio demuestra que la historia de estas comunidades trasciende el registro académico, configurándose como práctica viva de resistencia cultural y social.

Palabras clave: quilombolas, bajo Amazonas, memoria, identidad, resistencia.



1 INTRODUÇÃO

A história e a memória têm papel fundamental para as comunidades quilombolas do Baixo Amazonas, pois constituem não apenas registros do passado, mas também instrumentos de afirmação identitária, fortalecimento cultural e luta pela permanência nos territórios ancestrais. No caso dos quilombos Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes, em Óbidos (PA), a preservação da memória coletiva e a valorização das narrativas de resistência são elementos centrais para compreender os modos de vida, as práticas sociais e as estratégias de enfrentamento das populações negras que ocuparam a região desde o período colonial. Assim, estudar a ocupação negra no Baixo Amazonas significa também reconhecer a força da oralidade, da transmissão de saberes e da memória comunitária como formas de resistência e continuidade histórica.

O presente capítulo fundamenta-se, em primeiro lugar, na pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2020 e entre março e abril de 2023 – quando foram realizadas entrevistas e o censo populacional das comunidades quilombolas acima citadas, e, em segundo, em uma abordagem histórico-descritiva e análise documental para traçar o percurso da presença negra na Amazônia, desde o período colonial até os dias atuais. O texto está estruturado em duas partes. A primeira, intitulada “Contexto da ocupação negra na região do Baixo Amazonas (PA)”, aborda o processo histórico da presença negra na região, com destaque para o município de Óbidos. A segunda, “As comunidades quilombolas nos períodos pré e pós-abolição”, apresenta o histórico da ocupação dos territórios quilombolas, com foco nas comunidades Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes.

2 CONTEXTO DA OCUPAÇÃO NEGRA NA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS (PARÁ)

Com a intenção de concretizar o plano territorial português na região Amazônica, em 1621 a Coroa Portuguesa constituiu o Estado do Maranhão e Grão-Pará como unidade administrativa separada do Estado do Brasil e ligada diretamente a Lisboa. A entrada de escravizados africanos para a região foi quase inexistente no século XVII, pois a concentração



dessa mão de obra estava localizada nas regiões Nordeste e Sudeste do Estado do Brasil, notadamente Bahia e Rio de Janeiro.

Para aumentar a entrada de escravizados no Maranhão e Grão-Pará, foi criada, em 1682, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, com o objetivo de introduzir 500 escravizados por ano. A Companhia deveria funcionar por 20 anos, mas sua licença foi cassada no terceiro ano, pois não havia introduzido nenhum escravizado e, além disso, seu monopólio motivou uma das mais importantes revoltas do Maranhão colonial, a Revolta de Beckman. De acordo com Gomes (2005, p. 44), o fluxo de escravizados africanos introduzidos no Estado do Maranhão e Grão-Pará foi modesto no século XVII, pois os preços continuavam altos e os colonos, cada vez mais ávidos por trabalhadores africanos, acabavam endividados. Entre 1692 e 1721, portanto em 29 anos, foram introduzidos no Grão-Pará apenas 1.208 escravizados, por meio de licenças concedidas a particulares (Farage, 1991).

Nesse período, Portugal, temendo ver seus domínios na Amazônia invadidos por outras nações, iniciou a construção de fortalezas nas margens do rio Amazonas. Especificamente em 1697, Dom Pedro II mandou construir o Forte Pauxis, em um ponto estreito e profundo do rio. Para sua construção, militares e religiosos jesuítas mobilizaram indígenas de várias etnias, principalmente da etnia Pauxis. Os franciscanos Capuchos da Piedade, que desde 1663 atuavam em missões entre os povos indígenas da região, foram convocados para ajudar no povoamento do local, fundando a Aldeia Pauxis (Reis, 1979).

Segundo Fragoso (1983), 34 anos antes da construção do Forte Pauxis, os franciscanos Capuchos da Piedade já haviam estabelecido missões entre os índios Konduris, reunindo-os em uma aldeia na região do lago Arapucu. Nessa localidade ergueram uma pequena igreja dedicada a Santa Clara e um cemitério. Conforme relato de Dona Feliz Ferreira, de 83 anos, (moradora da comunidade quilombola Arapucu), o local onde estão as ruínas da Igreja de Santa Clara, por ela denominado “colônia”, foi o ponto inicial da tentativa de fundar a atual cidade de Óbidos. Porém, como o baixo nível do rio não permitia atracamento de barcos — apenas de canoas —, a aldeia franciscana não prosperou.

Após a metade do século XVIII, o Estado do Maranhão e Grão-Pará tornou-se alvo da política reformista do Marquês de Pombal. Segundo Alden (1984, p. 131), uma forte razão foi o Tratado de Madri (1750), que ampliou os domínios portugueses ao norte da América. Para dinamizar a economia amazônica, Pombal articulou três medidas: a formação da Companhia



Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, visando à comercialização da produção e à introdução sistemática de escravizados africanos; o fim da escravidão indígena; e a retirada do poder dos missionários sobre os aldeamentos, seguida da expulsão dos jesuítas (Farage, 1991, p. 34).

Durante o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751–1759), meio-irmão de Pombal, iniciou-se a implantação dessas reformas. As Instruções Régias determinavam a abolição da escravidão indígena e a substituição dessa mão de obra por africanos escravizados. Mendonça Furtado procurou convencer os colonos de que os negros seriam trabalhadores mais eficientes que os indígenas, prometendo prosperidade com seu uso. Contudo, como o preço de um escravizado africano era três vezes superior ao de um indígena, os colonos relutavam em investir nessa aquisição, temendo dívidas em uma economia extrativista incerta (Farage, 1991, p. 36).

Em 1755, foi fundada a Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, que monopolizava o comércio da região e o tráfico negreiro. No mesmo ano, decretos régios declararam a liberdade dos índios (06 de junho de 1755) e retiraram dos missionários a administração temporal dos aldeamentos (07 de junho de 1755) (Farage, 1991).

Em 1758, Mendonça Furtado promoveu a junção de três aldeias — Presídio dos Pauxis, Aldeinha (dos Capuchinhos) e a dos Konduris (dos Capuchos da Piedade) — formando a aldeia dos Pauxis, elevada à categoria de vila com o nome de Óbidos, em homenagem à cidade portuguesa homônima. Sua população era composta por negros escravizados, colonos portugueses, frades jesuítas e indígenas (Fragoso, 1992). Segundo Folhes (2016, p. 107), os jesuítas recebiam também colonos portugueses de diferentes origens, como degredados, açorianos e camponeses.

A aldeia dos Konduris, situada no lago Arapucu, foi desativada nesse processo, deslocando-se seus habitantes para a nova vila. De acordo com Barros (2010), a transformação dos aldeamentos em vilas ou povoados fazia parte da política de reduzir o poder dos religiosos, transferindo a administração desses espaços para autoridades laicas indicadas pelo governo.

Na fase pombalina, buscou-se estimular o crescimento econômico do Baixo Amazonas por meio da distribuição de sesmarias em freguesias como Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Faro e Santarém. Por volta de 1780, alguns sesmeiros iniciaram o cultivo de cacau e a criação de gado. De acordo com Acevedo-Marin (1998, p. 43-44), em 1788 havia um grupo de 20 moradores



classificados como “remediados”, dedicados ao plantio de cacau. Entre eles, apenas um não era branco. Juntos, possuíam 233 escravizados e receberam concessões de sesmarias às margens dos rios Amazonas, Tapajós e Igarapés vizinhos às vilas.

O desenvolvimento das plantações de cacau esteve diretamente ligado ao crescimento da população escravizada. Entre 1773 e 1782, o cacau tornou-se um dos principais produtos de exportação do Grão-Pará, gerando recursos para a compra de escravizados e para a incorporação de novas terras de várzea e terra firme. Como observa Cardoso (1985, apud Gomes, 2005, p. 48), a região apresentava tanto *plantations* importantes e fazendas de gado extensivas quanto uma proliferação de pequenos sítios pobres, com poucos escravizados ou apenas trabalhadores indígenas, voltados sobretudo à subsistência.

O cultivo de cacau e a criação extensiva de gado expandiram-se em Santarém e Óbidos por volta de 1770, utilizando mão de obra africana (Castro & Acevedo-Marin, 1991, p. 10). Nesse contexto, a formação de mocambos e quilombos esteve diretamente ligada ao avanço das *plantations*. Um exemplo foi a expedição organizada por moradores de Santarém que destruiu os mocambos Inferno e Cipotema, localizados nas cabeceiras do rio Curuá (Salles, 1988).

Conforme Carreira (1983), entre 1756 e 1788 a Companhia Geral de Comércio introduziu 28.556 escravizados negros no estado do Grão-Pará e na Capitania do Rio de Janeiro, dos quais 16.077 (56,3%) vieram especificamente para o Grão-Pará. Embora seu contrato fosse de 20 anos, a Companhia estendeu suas atividades por cerca de 30 anos, sendo extinta após a queda do Marquês de Pombal em 1777. Entre 1757 e 1800, o número de escravizados introduzidos no Grão-Pará foi de 18.679. Desses, 2.217 chegaram entre 1757 e 1760; 5.547 entre 1761 e 1770; 5.476 entre 1772 e 1780; 4.721 entre 1781 e 1790; e 718 entre 1791 e 1800 (Gomes, 2005, p. 45).

De acordo com Salles (1988), apesar do tráfico irregular, dos desvios para o Maranhão e das condições específicas da economia amazônica, os africanos escravizados chegaram até regiões distantes do núcleo de Belém, embora em números cada vez menores. Entre 1755 e 1820, considerando apenas o tráfico legal e desconsiderando contrabando e transferências internas, cerca de 53.217 africanos escravizados entraram na Amazônia (Gomes, 2005).

Afirma Gomes (2005) que, em regiões mais distantes de Belém, a população negra escravizada, ainda em menor número, se fazia presente nas últimas décadas do século XVIII.



Fazendeiros e lavradores tentavam desenvolver uma pequena agricultura e a economia extrativista, utilizando, ao mesmo tempo, trabalhadores indígenas e africanos escravizados.

Gomes (2005) destaca ainda que a população negra escravizada no século XVIII estava, de fato, espalhada pela Amazônia. Podia estar nas lavouras – onde trabalhava junto com os indígenas – ou na coleta das “drogas”, no transporte das canoas e nas obras das fortificações militares que pontilhavam o Grão-Pará, em função do medo de invasões estrangeiras. ‘A floresta já estava enegrecida’.

Nas últimas décadas do século XVIII, no Baixo Amazonas — regiões de Santarém, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre —, assim como em outras partes do Grão-Pará, os mocambos/quilombos eram erguidos (Gomes, 2005). No início de 1800, expedições antimocambos foram realizadas para Alenquer e Óbidos. De acordo com Gomes (2005), em 1810, após ser capturado, juntamente com outros, o quilombola Francisco, escravo de Manoel José de Faria, declarou que:

Tinha fugido com os escravos de Sebastião José Vieira, morador desta Vila de Óbidos, para os campos do lago de Cucuí e que lá estavam amocambados, não só eles como mais alguns escravos dos moradores desta mesma vila, e também alguns escravos de alguns moradores da Vila de Santarém, pois que todos lá existiam do dito mocambo, e que ele e mais alguns vinham para furtar pacovas para mantimento, e ver se furtavam mais algumas pretas para as levarem para o dito mocambo (...). (Gomes, 2005, p. 54)

No ano de 1811, conforme Gomes (2005), recomeçaram os preparativos para novas expedições contra os mocambos de Óbidos e Alenquer. Porém, como os campos estavam alagados na época, algumas das expedições não lograram efeito. Investigações junto aos quilombolas capturados e escravizados assenzalados que com eles se comunicavam apontaram que:

Para sair para o dito mocambo era preciso atravessar um tabocal, passando por um igarapé, e que, depois de atravessar, se gastam três dias para lá chegar. Disse mais [o escravo Luís Antônio interrogado] que lhe dissera [o quilombola Benedito] que eles, amocambados, iam negociar na Vila de Alenquer, levando a vender estopa, breu, castanha e algodão e [...] tudo vendiam ao capitão José Antônio Pereira por pólvora, chumbo, armas, ferramentas e panos para se vestirem; que lá tinham muita gente, outros pretos e pretas, e rapazes. (Gomes, 2005, p. 54)

Havia, entre os mocambos/quilombos localizados na região de Óbidos e nos afluentes do rio Amazonas, uma rede social, no sentido observado por Lemieux (1999, p. 01), como uma



“rede de sustentação, onde são transmitidos bens materiais, mas também informações e recursos relacionáveis”. Como relatado acima, a localização de um mocambo/quilombo não era segredo entre negros assenzalados e mocambeiros que participavam dessa rede social. Isso significa que havia, nesse campo social, uma teia de informações que facilitava a troca e/ou o comércio de mercadorias, fato que favoreceu a autonomia e a proteção desses mocambos/quilombos.

A região do Baixo Amazonas, palco de formação de núcleos mocambeiros/quilombolas, constitui-se também em um “campo negro” – local em que “os agentes históricos envolvidos tinham lógicas próprias, entrecruzando interesses, solidariedades, tensões e conflitos” (Gomes, 2006, p. 45). Essa rede social – formada por negros livres, cativos de fazendas próximas, índios e comerciantes – estruturou os grupos negros camponeses, caracterizados pela autonomia da produção e pela comercialização dos seus excedentes nessa região.

Nesse sentido, os núcleos mocambeiros/quilombolas eram territórios relacionais. Por território relacional, entende-se “não apenas no sentido de ser definido dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material. (...) Por ser relacional, esse território é também movimento, fluidez, interconexão” (Costa, 2007, p. 82). Dentro dessa lógica, destaco aqui que a territorialidade mocambeira/quilombola era caracterizada também pela mobilidade dos seus componentes, ou seja, a fuga é que ditava onde iria se configurar a nova territorialidade.

Em 1812, milicianos de Santarém, Alenquer, Óbidos e Monte Alegre se juntaram para atacar um mocambo na região do Baixo Amazonas. Foram reunidos 225 milicianos, que capturaram cerca de noventa quilombolas, entre homens, mulheres, crianças e idosos (Gomes, 2005). Entretanto, os quilombolas capturados, devolvidos aos seus senhores, não tardavam a fugir novamente, embrenhando-se nas matas e formando novos mocambos/quilombos.

Aponta Gomes (2005), que entre 1734 e 1816 existiram, na Amazônia colonial, 73 comunidades de mocambos/quilombos de negros, das quais há registros. Desses, 15 estavam localizados no Baixo Amazonas.



Tabela 1: Mocambos de índios, Negros e índios e de Negros na Amazônia (1734 - 1816)

Localização	Mocambos de Negros	Mocambos de Negros e Índios	Mocambos de Índios	TOTAL
Amapá	18	04	01	23
Baixo Amazonas	15	01	05	21
Ilha de Marajó	11	04	04	19
Baixo Tocantins	09	02	02	13
Belém	07	01	03	11
Rio Negro/Amazonas	05	-	06	11
Nordeste Paraense	04	-	-	04
Costa Oriental	03	-	02	05
Xingu	01	01	01	03
Total	73	13	24	110

Fonte: Gomes, op. Cit. Apud Bezerra Neto, 2001.

A população de escravizados em 1823 no Baixo Amazonas era da ordem de 3.657, sendo que somente a região de Santarém possuía 1.270, a segunda maior população perdendo somente para Óbidos que tinha 1.294, este número nos revela que a concentração de escravizados no Baixo Amazonas estava entre as cidades de Santarém e Óbidos, trecho que possui várias ilhas formadas pelo rio Amazonas (Bezerra Neto, 2001).

Uma das mais importantes revoltas nativistas do período da Regência ocorreu entre 1835 e 1840 e destacou-se pelo seu caráter eminentemente popular, em que os cabanos (moradores de cabanas nos vilarejos ribeirinhos, que deram nome ao movimento), índios, negros (escravizados e alforriados) e mestiços compunham esse movimento. A Cabanagem representa um prosseguimento das manifestações que se desenrolaram na Província do Grão-Pará¹ desde a Independência do Brasil, ocorrida em 7 de setembro de 1822. A presença portuguesa na região era marcante, tendo os paraenses lutado contra o domínio lusitano. Desde 1833, a província foi marcada pelas sangrentas disputas dos partidos Caramuru (formado por portugueses) e Filantrópico (formado por brasileiros). A luta originou-se do combate à penúria e às péssimas condições sociais em que vivia a população paraense, liderada pelo Cônego Batista Campos, que se destacou em várias disputas contra a metrópole até o nascimento do movimento revolucionário mais articulado.

O movimento denominado Cabanagem teve sua origem no sistema de escravidão indígena e na perseguição imposta pelos portugueses aos mestiços ribeirinhos, pois eram retirados de seus locais para trabalhar nas vilas para os colonos e comerciantes portugueses,

¹ No ano de 1774, a fim de centralizar e aumentar o controle colonial, o Estado do Grão-Pará passa à condição de capitania e é integrado ao Estado do Brasil, sendo subordinado ao vice-rei do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Em 1821, a Capitania do Grão-Pará, assim como todas as outras capitanias, é transformada em províncias.



juntamente com os negros africanos e os brancos pobres. Portanto, a união dos grupos marginalizados pelo sistema político-econômico português fez surgir esse movimento.

Em 1835, os cabanos se apossaram de Belém, capital da Província, mataram o presidente e empossaram um presidente cabano. A insatisfação com a política socioeconômica atingia todas as classes menos favorecidas; por isso, os cabanos ganharam rapidamente a simpatia dessa população e, em pouco tempo, estavam em todos os lugares na Amazônia.

No dia 22 de julho de 1840, o imperador D. Pedro II concedeu anistia geral aos participantes da rebelião conhecida como Cabanagem. A entrada dos negros escravizados nesse movimento, segundo Salles (1988, p. 265), deve ser compreendida como a busca da liberdade — ou a ruptura com a figura do senhor — a partir da luta política. Nesse sentido, a adesão e a integração da massa escrava à Cabanagem representaram um de seus aspectos mais significativos, ainda que as ideias de emancipação não tenham sido formalmente incorporadas ao programa dos líderes cabanos.

Folhes (2016) acrescenta que a disputa pelo controle do acesso, uso e apropriação dos recursos naturais da várzea constituiu um elemento central da história da Cabanagem no Baixo Amazonas desde o período colonial, uma vez que a fertilidade dos solos despertava intensos interesses dos colonizadores.

Além do controle sobre os recursos naturais, havia a necessidade de dispor da força de trabalho necessária para seu manejo. Logo, o controle do trabalho (indígenas, camponeses pobres, escravizados) foi sempre uma fonte importante de conflitos. A busca por esses dois fatores (controle da terra e do trabalho) gerou momentos de intensos conflitos que tiveram seu auge com a eclosão da Cabanagem na década de 1830. Considerada a mais importante revolta popular da história brasileira, a Cabanagem teve, na região do Lago Grande [adjacente ao território quilombola Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes], Arapixuna e Arapiuns, uma de suas principais bases de organização e resistência no Baixo Amazonas (Folhes, 2016, p. 30-31).

Conforme Acevedo-Marin (1998), a Cabanagem propiciou aos escravizados condições para a adesão ao movimento ou nele encontrar caminhos de liberdade, por meio da fuga. Muitos escravizados fugiram de seus senhores no período do conflito cabano. Alguns entraram no movimento, enquanto outros preferiram adentrar nos furos, lagos e igarapés do rio Amazonas.



Ocuparam também as cachoeiras dos rios Curuá, Trombetas e Erepecuru. Muitos desses locais já eram habitados por quilombolas.

Várias expedições punitivas ocorreram na região do Baixo Amazonas na primeira metade do século XIX; mesmo assim, estas não foram capazes de acabar com as fugas dos negros para os mocambos/quilombos. Em conformidade com Funes (2015, p. 23), em 1847, na margem esquerda do rio Amazonas, desde Almeirim até Óbidos, havia mocambos/quilombos que necessitavam, na opinião do governo provincial do Pará, ser destruídos, “em razão dos graves prejuízos que sofrem os lavradores daqueles distritos com a fuga de seus escravos”.

Com a promulgação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, denominada “Lei de Terras” – que pôs fim ao regime jurídico de posse no Brasil e instituiu o Registro Eclesiástico das terras –, as posses até então adquiridas por concessão do poder público ou por ocupação primária (sesmarias) foram legitimadas. Após essa lei, proprietários de imóveis rurais demarcaram para si grandes extensões de terra, ficando o pequeno posseiro, geralmente, à margem desse processo de regularização fundiária. Foi definido, ainda, que somente pela compra seria possível o acesso à terra. No Baixo Amazonas, assim como em outras regiões da província do Grão-Pará, nessa época havia grande disponibilidade de terras devolutas, e poucos eram os proprietários que tinham, de fato, algum documento que demonstrasse a propriedade efetiva da terra.

Em 1854, logo após Óbidos ser elevada à categoria de cidade, o subdelegado de polícia relatou, por meio de ofício dirigido ao Governo da Província do Pará, as fugas ocorridas quando da vinda de quilombolas à vila de Óbidos:

Ocasão em que eles cruzam os distritos desta vila, consta que eles fazem esses descimentos por ser o tempo mais oportuno pela facilidade que dão as enchentes dos rios para se proverem de pólvora, armas e do mais que lhes é necessário. É nesta época justamente que se multiplicam as fugas de nossos escravos. Por observações que se têm feito, tem-se conhecido que eles têm proteção estabelecida dentro desta vila. (Funes, 2015, p. 23)

Quando ocorriam essas fugas, os senhores de escravizados fugitivos divulgavam nos jornais da época, como pode ser observado no anúncio abaixo, publicado no jornal *Estrella do Amazonas* (1854):

No dia 17 de junho próximo passado fugiu da Vila de Óbidos, de casa de Felisberto José Tavares, um preto de nome Cloudino, escravo do Dr. Felix Gomes do Rego, levando



em sua companhia um outro de nome Amandio, escravo do dito Tavares, sendo aquele baixo e gordo, e este um pouco alto e espigado, levando as ferramentas de pedreiro e de carpinteiro. Não se sabe verdadeiramente onde existem, mas aquele que os capturar e entregar aos seus senhores, ou nesta cidade a José Miguel de Lemos, será recompensado, protestando-se contra quem lhes tiver dado couro. Barra, 8 de julho de 1854. (*Jornal Estrella do Amazonas*, 18 jul. 1854, p. 08)

No processo de fugas e constituição de mocambos/quilombos, as Cabeceiras, nas proximidades do Igarapé Grande de Óbidos, configuraram-se também como espaços das sociedades quilombolas nesse município. É onde se localiza atualmente o quilombo Cabeceiras, composto pelas comunidades: São José, Silêncio, Matar, Cuece, Apui e Castanhaduba (Tavares & Oliveira, 2018).

Vicente Salles (1988) afirma que, em 31 de outubro de 1870, o Cônego Manuel José de Siqueira Mendes, no exercício de presidente interino do Pará, assinou a Lei nº 653, autorizando a destruição de todos os quilombos. Com base em tal lei, novas expedições foram organizadas. Mesmo com a repressão provincial, as fugas dos escravizados para os mocambos/quilombos continuaram a crescer. Como registra o jornal *Baixo Amazonas*, de 22 de fevereiro de 1873:

Apesar da grande falta de braços com que lutam os agricultores do Amazonas, aumentado este mal com a avultada emigração para os seringais do Alto Amazonas, ainda temos a lamentar as contínuas fugas de escravos que, diariamente, abandonam seus senhores para se homiziar nos quilombos do Trombetas, em Óbidos, e do Curuá, em Alenquer. O número crescido de escravos que contêm esses dois mocambos eleva-se, segundo bons cálculos, a mais de mil. Não encontramos outro meio de extinguir os quilombos, já que têm sido improficuos os meios empregados pelo governo em suas expedições com o fim de bater os mocambeiros. (Funes, 2015, p. 23)

No dia 8 de janeiro de 1876, o jornal *Baixo Amazonas* publicou um editorial no qual afirmava:

Aflitivo e verdadeiramente ameaçador em que [condições] vemos o direito de propriedade neste município, relativamente aos escravos [...] levam abandonam seus senhores para se refugiarem nos soberbos quilombos que nos cercam. Todos os dias registram-se muitas fugas de escravos e, de vez em quando, uma leva de 10, 12, 20 e até 30 escravos [...] como as que se deram nas noites de 28 de dezembro do ano findo e 3 deste mês [...]. De janeiro a maio [período] em que o Amazonas é tempo que os escravos julgam mais apropriado para fugirem. Neste tempo, o trânsito, que é todo fluvial, facilita-lhes poder navegar por atalhos que conhecem ou por onde são conduzidos, sem receio de serem agarrados; por este tempo que é o em que se faz a colheita das castanhas. (Funes, 2015, p. 21)



Afirma Andrade (1995), que os quilombolas ocuparam uma extensa região entre o Baixo Amazonas e a bacia do Trombetas. Os escravizados fugidos não se concentravam em um único local, mas ergueram diferentes comunidades ao longo dos rios. Para o historiador Vicente Salles (1988, p. 238), “esta escolha era uma estratégia de defesa, pois as aldeias dispersas, estrategicamente localizadas, não só dificultavam o acesso das tropas do governo, como facilitavam o rápido deslocamento da população quilombola”.

Conforme Funes (1995), havia uma estratégia de defesa dos escravizados em processo de fuga para se embrenharem nas matas do Baixo Amazonas:

Após atravessarem pelos furos de um lago a outro ou alcançarem os vários braços dos rios através dos paranãs – implicava ser bons conhecedores daqueles espaços, mestres dos rios e das florestas, para chegar acima das primeiras cachoeiras – nas águas bravas –, onde se formaram os mais importantes mocambos daquela região. Um aprendizado adquirido, em grande parte, com os nativos, os indígenas, senhores daqueles territórios; ali, os quilombolas se tornaram senhores dos rios. (...). O processo de fuga, individual ou coletivo, geralmente ocorria em épocas e, no caso da Amazônia, no período de cheias: dezembro a maio. Nessa região, as festas, em especial as dos ciclos natalino e junino, coincidem com o tempo de inverno e da castanha. (Funes, 1995, p. 21).

A população escravizada da província do Grão-Pará apresentou variações significativas entre 1823 e 1888, distribuídas pelas diferentes regiões. Em 1823, havia um total de 28.057 escravizados, concentrados sobretudo em Belém (9.849), no Baixo Tocantins (7.726) e no Baixo Amazonas (3.657). A Ilha de Marajó contava com 2.120 cativos, enquanto o Nordeste Paraense registrava 1.192. Já o Amapá tinha 940, a Costa Oriental 1.044 e o Rio Xingu 383. Outras localidades — como Melgaço, Portel e Prainha — reuniam 1.140 escravizados (Bezerra Neto, 2001).

Em 1848, o número total subiu para 31.301, destacando-se o crescimento do Baixo Tocantins (10.033) e a estabilidade em Belém (9.526). O Baixo Amazonas (3.793), a Ilha de Marajó (2.495) e a Costa Oriental (1.668) também registraram aumentos. O auge ocorreu em 1856, com 38.778 escravizados. O Baixo Tocantins alcançou seu maior contingente (16.773), seguido por Belém (8.720). O Baixo Amazonas chegou a 4.334, a Ilha de Marajó a 3.248 e a Costa Oriental a 2.175 (Bezerra Neto, 2001).

A partir de então, os números começaram a declinar. Em 1876, a província registrava 22.924 escravizados, sendo 7.702 no Baixo Tocantins, 4.966 em Belém e 3.075 no Baixo



Amazonas. A Ilha de Marajó ainda mantinha 3.846, enquanto as demais regiões variavam entre 138 (outras localidades) e 1.402 (Nordeste Paraense) (Bezerra Neto, 2001).

Em 1885, o total caiu para 20.218, com Belém voltando a crescer levemente (6.594), enquanto o Baixo Tocantins diminuía para 6.371. O Baixo Amazonas contava com 2.211, a Ilha de Marajó com 2.501 e o Nordeste Paraense com 943. Finalmente, em 1888, ano da abolição, a população escrava da província reduziu-se a 10.535. Belém concentrava 2.778 cativos, o Baixo Tocantins 3.578, o Baixo Amazonas 1.074 e a Ilha de Marajó 1.369. Nas demais regiões, os números eram bastante baixos: 734 no Nordeste Paraense, 211 no Amapá, 518 na Costa Oriental, 203 no Rio Xingu e apenas 70 em localidades como Melgaço, Portel e Prainha.

Como se pode notar pelos números acima, a partir de 1856 iniciou-se a diminuição gradativa do número de escravizados no Baixo Amazonas, assim como em toda a Província do Grão-Pará. Esse fato está diretamente atrelado às seguintes leis. Lei n.º 581, de 04 de setembro de 1850, Lei Eusébio de Queiroz, a qual estabelecia medidas mais rigorosas para a repressão do tráfico de africanos no Império. Decreto n.º 2.040, de 28 de setembro de 1871. Essa lei, conhecida por “Ventre-Livre”, declarava isentos da escravatura os filhos nascidos, daquela data em diante, de mulher escravizada. Porém, essa lei obrigava esses futuros filhos a ficarem sob a autoridade dos proprietários de suas mães até completarem oito anos. Após esse período, o senhor da mãe teria a opção de receber indenização do Estado ou de utilizar os serviços da criança, sem remunerá-la, até completar 21 anos de idade.

A Lei do “Ventre-Livre” também reconhecia o direito do escravizado ao acúmulo de um pecúlio (poupança), para utilizá-lo na compra de sua própria liberdade. Além disso, a lei instituiu um fundo de emancipação de escravizados que seria constituído nos municípios, os quais teriam parte dos recursos financiados pelo governo imperial. Por força dessa lei, as Províncias criaram Sociedades Emancipadoras, porém, na prática, poucos escravizados foram libertados por tais sociedades (Plínio dos Santos, 2014).

Em 1885, foi criada a Lei n.º 3.270, conhecida como “Lei do Sexagenário”, que decretava a alforria dos negros maiores de 65 anos. A lei também determinava que os escravizados de sessenta anos de idade, completos antes e depois da data da lei, seriam libertos, porém ficariam obrigados, por um período de três anos, a trabalhar para seus ex-senhores a título de indenização da alforria. Após os três anos, o idoso liberto continuaria, segundo a lei, em companhia de seu ex-senhor, e este deveria alimentá-lo, vesti-lo e tratá-lo em caso de doença. Entretanto, quando



não havia a possibilidade de burlar a lei, muitos senhores terminavam por conceder a liberdade a escravizados idosos para se isentar da responsabilidade por sua sobrevivência.

Com a libertação dos escravizados, ocorrida por meio da Lei n.º 3.353, em 13 de maio de 1888 (Lei Áurea), a falta de programas específicos de integração e inclusão social e/ou de ressarcimento pelos anos trabalhados sem remuneração fez com que muitos libertos permanecessem em seus antigos locais de trabalho. Outros continuaram a viver nas terras que ainda ocupavam, outrora denominadas de mocambos/quilombos. Todavia, a lei que instalou a liberdade não trouxe, de fato, a cidadania e nem os colocou como detentores de direitos fundamentais. Como afiançado por Florestan Fernandes (2008, p. 29):

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais (...) para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (...). Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel.

Com a abolição da escravidão, muitos libertos migraram para regiões onde ainda havia terras devolutas — áreas consideradas sem proprietário —, enquanto outros permaneceram em seus territórios quilombolas. A mobilidade verificada no final do século XIX e início do século XX, bem como a permanência nas terras de origem, esteve diretamente ligada à busca por autonomia. Suas aspirações eram essencialmente camponesas: acesso à terra, formação de famílias, certo grau de independência na vida cotidiana e controle tanto dos meios de produção quanto do processo de trabalho. Assim, terra, família e trabalho — objetivos centrais desses grupos — compunham o “projeto camponês” a ser conquistado, intimamente relacionado aos direitos fundamentais (Plínio dos Santos, 2014).

Seja em terras devolutas e/ou nos territórios quilombolas, muitas localizadas em áreas de várzea, ex-escravizados e seus descendentes reproduziram modos tradicionais de vida camponesa, tendo a terra como base de sua organização socioeconômica e cultural. O acesso a essas terras/territórios não se regulava por ordenamentos jurídicos de propriedade, mas por lógicas próprias, fundamentadas no chamado “direito costumeiro”. Nesse sistema, o controle da



terra era exercido coletivamente, sustentado por vínculos de parentesco e consolidado por valores e práticas culturais específicas (Gusmão, 1990).

3 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS MURATUBINHA, MONDONGO E IGARAPÉ AÇÚ DOS LOPES: NOS PERÍODOS PRÉ E PÓS-ABOLIÇÃO

O território quilombola das comunidades Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes, de aproximadamente 22 mil hectares, está localizado na margem direita do rio Amazonas, região sul do município de Óbidos. Nesse território, a comunidade de Muratubinha está situada na região do lago Parapitinga, margem direita do rio Amazonas. A comunidade de Mondongo localiza-se na região da lagoa Parapitinga e do lago Poção Grande, em terras mais elevadas, que sofrem parcialmente com as cheias sazonais do rio Amazonas. Essa comunidade está dividida em dois núcleos populacionais, denominados Mondongo de Baixo e Mondongo de Cima. Já a comunidade Igarapé Açú dos Lopes situa-se em porções de terras altas, margeando canais de interligação entre os lagos Curuai e Poção Grande.

O acesso às três comunidades no período das cheias (dezembro a junho) é feito somente por via fluvial. Um pequeno barco com motor, denominado rabeta, é o meio de transporte mais utilizado pelas pessoas dessas comunidades. No período das secas (julho a novembro), o meio de transporte utilizado dentro do território é o cavalo – alguns moradores possuem motocicleta. Nesse período, nos trechos dos igarapés e lagos onde o nível da água ainda é alto, utiliza-se a rabeta.

De Muratubinha até o porto da cidade de Óbidos são cerca de 24 km, aproximadamente 2 horas de rabeta. De Óbidos até a comunidade Mondongo de Cima são cerca de 16 km, aproximadamente 2 horas e 30 minutos de rabeta. Já para Mondongo de Baixo são 22 km, cerca de 3 horas de rabeta. De Igarapé Açú dos Lopes são 19 km, aproximadamente 2 horas de rabeta.

Os nomes das três comunidades estão associados aos igarapés que as atravessam. O território está situado em uma região de várzea, onde o sistema de cheia e vazante do rio Amazonas influencia o modo de vida de seus moradores.

As comunidades quilombolas Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes compõem um único território, ou seja, um espaço apropriado pelos quilombolas, não apenas politicamente, mas também economicamente e culturalmente. Nesse território, as famílias



quilombolas utilizam de forma comum matas, recursos hídricos, campos e pastagens, consubstanciadas com outras atividades produtivas, como o extrativismo, a agricultura e a pecuária. Sua população é composta por 301 pessoas, são 173 homens e 128 mulheres, perfazendo 89 famílias, espalhadas em 84 casas. De acordo com a divisão interna desse território teremos os seguintes números populacionais: a comunidade quilombola Muratubinha tem uma população de 196 pessoas, 112 homens e 84 mulheres, perfazendo 47 famílias, formada por 44 casas. Mondongo há uma população de 95 pessoas, sendo 55 homens e 40 mulheres, totalizando 37 casas. Já em Igarapé Açú dos Lopes são 10 pessoas, 6 homens e 4 mulheres, possui 3 casas (Censo realizado em fevereiro de 2020).

Além disso, esse território, de densas relações familiares e produto histórico de processos sociais e políticos, criou, no dizer de Little (2002, p. 04), uma “cosmografia”, ou seja, um espaço que possui “saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados”. Essa cosmografia é profundamente marcada pelos vínculos afetivos que a população tem com seu território, e esses vínculos são depositados na memória coletiva, acionada atualmente pelos idosos quilombolas quando falam de seu território.

Os primeiros quilombos no município de Óbidos foram formados na região conhecida como Igarapé Grande, onde estão localizadas as seguintes comunidades quilombolas: Castanhaduba, Apui, Cuece, Silêncio, Matá e São José. Outros quilombos, segundo Tavares (2018, p. 78-79), “foram criados em lugares mais distantes, como a região do Lago Grande, Mondongo, Igarapé Açú dos Lopes e um igarapé que dá acesso ao Lago Grande, no lugar chamado Muratubinha”.

Como o território quilombola possui uma complexa rede hidrográfica, constituída de paranás, igarapés, furos, lagos, igapós e marginais do rio Amazonas, algumas lideranças quilombolas acreditam que a comunidade Mondongo é a mais antiga do território quilombola, por ser de acesso mais difícil e ter várias saídas. Desse modo, somente quem detém o conhecimento da geografia fluvial da região consegue não se perder. Fato análogo à afirmação do jornal *Baixo Amazonas*, de 8 de janeiro de 1876, quando noticia as fugas de escravizados: “De janeiro a maio [período] em que o Amazonas é tempo que os escravos julgão mais apropriado para fugirem. Neste tempo, o trânsito, que é todo fluvial, facilita-lhes poderem navegar por atalhos que conhecem ou por onde são conduzidos, sem receio de serem agarrados” (Funes, 2015, p. 21).



Segundo a memória dos moradores mais velhos, os primeiros habitantes dessas comunidades eram negros ex-escravizados que tomaram posse das terras de várzea nos cursos dos igarapés Muratubinha, Mondongo e Açú dos Lopes, logo após o fim da escravidão. Logo depois, outros negros começaram a chegar sozinhos ou com suas famílias. De acordo com esses idosos, os primeiros moradores da comunidade Muratubinha foram Luiz Antônio dos Santos, Eulália Rodrigues dos Santos, Maria Davi, Ana Teixeira, Joaquim Português, José e Minervina Ferreira, e Maria Pinheiro. Já os de Igarapé Açú dos Lopes foram a família Lopes. Quanto às primeiras famílias da comunidade Mondongo, foram: os Oliveira, os Baima, os Santos, os Silva, os Almeida e os Cruz. Além desses, um nome importante para a comunidade Mondongo foi Pedro Marechal. Segundo Seu Lucivaldo Cruz dos Santos, bisneto de Pedro Marechal, “Ele mandou construir a igreja mais antiga da região. Foi a Igreja de São Sebastião”. Ainda sobre as primeiras famílias da comunidade de Muratubinha, Dona Tereza Silva da Silveira, de 68 anos, afirma:

O nome das primeiras famílias tinha Seu Paulo Batista, Seu Benedito, ele era bem mais velho, Seu Chiquinho e minha madrinha Benedita, ela era a mais velha. Dona Maria Lopes, ela tem 99 anos, nasceu aqui na comunidade. Os filhos dela nasceram todos aqui; ela tinha muitos filhos. Tinha o Seu Raimundo, a Dona Maria dos Passos, ela viveu muito, tinha mais de 100 anos. Na época, eles eram as peças principais da comunidade. Antigamente havia mais moradores em Muratubinha; as cheias do rio Amazonas foram aos poucos expulsando as famílias para a terra firme. Tem muita gente para lá. Para o Arapucu também².

Cada uma dessas famílias estava unida por laços de parentesco, formando uma família extensa, dividida em famílias nucleares compostas por pai, mãe e filhos que residiam em um mesmo espaço em unidades residenciais, perfazendo sítios familiares. As famílias nucleares se agrupavam, montando uma rede familiar com descendência assegurada pelo núcleo familiar original. Com o passar dos anos, por meio dos casamentos entre os núcleos familiares, os quais formaram uma rede social fortalecida pelos laços de parentesco e compadrio, constituíram-se as atuais comunidades quilombolas Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes.

Ao acionarem elementos históricos de constituição da família negra e suas tradições, as comunidades negras se diferenciaram etnicamente de outros grupos camponeses da sociedade brasileira (Gusmão, 1992). Esses grupos, no caso das comunidades quilombolas do Baixo

² Entrevista realizada no dia 11/02/2020.



Amazonas, organizaram e constituíram espaços sociais, “dando origem a famílias inteiras com descendências comuns, muitas vezes tornadas míticas; construíram territórios negros, onde, com a família e entre parentes, estabeleciam as regras e as práticas referentes ao uso da terra, bem como aí definiam os direitos sobre ela” (Gusmão, 1992, p. 118).

Sobre as redes sociais construídas pelos quilombolas, Tavares (2018, p. 78-79) afirma que os quilombos em Óbidos foram criados em lugares,

mais distantes, como a região do Lago Grande, Mondongo, Igarapé Açú dos Lopes e um igarapé que dá acesso ao Lago Grande, no lugar chamado Muratubinha. Deste último lugar, muitos se deslocaram para a comunidade Arapucu, provavelmente em virtude de uma maior necessidade de plantação, haja vista que a comunidade Muratubinha localiza-se em área de alagado, conhecida também como área de várzea. Esses deslocamentos para a comunidade Arapucu ocorriam também por medo da repressão de seus senhores e de autoridades governamentais.

Assim como foi no passado histórico dessas comunidades quilombolas, existem atualmente várias interações entre elas. De acordo com Dona Feliz Ferreira, ocorre relação de parentesco entre Arapucu e as comunidades quilombolas Muratubinha e Mondongo.

Meu pai era José Ferreira de Oliveira, ele morreu com 86 anos, e minha mãe morreu com 84 anos. Minha mãe dizia que meu pai era do Mondongo e ela era do Lago Grande. E depois que eles saíram do Mondongo foram morar no Muratubinha. Depois de uma grande enchente, nós viemos para o Arapucu, isso foi em 1938. Eu ainda tenho parente lá no Mondongo e no Muratubinha³.

Lideranças das comunidades quilombolas de Arapucu, Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes, também afirmaram que as quatro comunidades estão unidas por laços de parentesco. As visitas entre elas eram e são normais, e, principalmente quando ocorre uma grande cheia no rio Amazonas, pessoas de Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes procuram ajuda na terra firme, no caso, em Arapucu.

Essa migração, de caráter sazonal, é uma estratégia das unidades familiares camponesas de se reproduzirem socialmente, pois, nessas migrações, além de reforçarem os vínculos sociais e familiares, futuros casamentos são planejados e mercadorias e produtos são trocados. Ocorreram e ainda ocorrem migrações permanentes de algumas pessoas das comunidades Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes para Arapucu com o objetivo de trabalhar no

³ Entrevista realizada no dia 28/02/2020.



meio urbano de Óbidos. Dessa forma, essas comunidades quilombolas estão unidas pelas interações sociais desses migrantes sazonais e/ou permanentes por meio de redes sociais.

Nas terras de Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes, baseados em dinâmica própria de circulação territorial estabelecida pelo parentesco, os quilombolas traçaram historicamente suas fronteiras étnicas, as quais foram fisicamente instituídas pelas primeiras famílias que ali chegaram. Essa territorialidade determina a formação social e econômica das fronteiras e, conseqüentemente, reforça a diferença do grupo em relação à sociedade envolvente. Tal fato possibilitou a reafirmação de uma identidade cada vez mais vinculada ao espaço-território. A posse desse espaço significa, para os atuais quilombolas, a possibilidade de realizar o “projeto camponês”, ou seja, ter acesso à terra e nela trabalhar para a reprodução física e social de suas famílias. Gusmão (1992, p. 117) observa sobre esses grupos de camponeses negros:

As especificidades de que são portadores os tornam parte do universo camponês brasileiro e, ao mesmo tempo, os diferenciam a partir da condição étnica, da história particular que lhes deu origem. Muitas vezes, vivendo em terras devolutas ou públicas, constituem-se como posseiros; por vezes pequenos proprietários, constroem coletivamente a vida sob uma base geográfica, física e social, formadora de uma territorialidade negra. Dentro dela elaboram-se formas específicas de ser e existir enquanto camponês e negro (Gusmão, 1992, p. 117).

No período pós-abolição, os grupos de ex-escravizados buscavam apropriar-se de terras comunais, áreas de mata, igarapés e lagos que possibilitassem a realização de suas atividades produtivas — lavouras, pequenas criações, caça, pesca e coleta. Essas terras, em geral pouco exploradas, representavam espaços estratégicos para a construção de formas autônomas de vida e de reprodução social.

A dinâmica de ocupação das áreas de restinga no Baixo Amazonas estabeleceu uma lógica espacial marcada pela desigualdade: as margens do rio Amazonas eram predominantemente controladas por famílias brancas, enquanto os interiores dos igarapés e as margens dos lagos eram ocupados pelas famílias negras. Assim, a rede fluvial da região conformava trajetos, caminhos e trilhas que estruturavam o espaço vivido pelas comunidades quilombolas, que utilizavam especialmente as margens dos igarapés para erguer suas habitações e organizar a vida comunitária.

De acordo com Seu Raimundo Ramos da Silva, de 64 anos (quilombola de Muratubinha), na década de 1940 existiam na entrada do igarapé Muratubinha, nas margens do rio Amazonas, dois portugueses:



Eles moravam na boca do igarapé Muratubinha. Um morava de um lado e o outro do outro lado. Eram os brancos da época. Eles tinham comércio aqui e os negros vendiam seus produtos para eles. Os brancos aproveitavam-se muito dos negros. Durante muito tempo, quem administrou o comércio foi Dona Antônia Carvalho, chamada Antonieta. O terreno da boca do igarapé era deles. Aqui foi um posto de abastecimento de lenha. Na época, os navios paravam aqui para abastecer de lenha. Os navios não paravam em Óbidos, paravam aqui para abastecer de lenha. Isso foi por volta de 1940. Havia o comércio de peixe também, era o pirarucu. Era uma cantina poderosa, eles dominavam o comércio na região. Tudo que a comunidade produzia vendia para eles. A gente vivia mais para dentro do igarapé na época. A juta eles também dominavam, compravam 300 toneladas. Todo mundo aqui plantava juta e vendia para eles. Aqui também havia cacau de um lado e do outro do igarapé Muratubinha. A gente plantava aqui na restinga. Mas as enchentes do rio Amazonas foram matando os pés de cacau. Colhia-se sete toneladas de cacau, quem colhia menos, 200 quilos. Depois, veio o gado e tomou conta de tudo⁴.

Como se percebe da fala de Seu Raimundo, o território quilombola foi um importante produtor e exportador de lenha, juta e cacau. Na década de 1940, a juta tornou-se o “carro condutor” da política governamental federal para a fixação da população no campo. Nesse sentido, o governo federal de então utilizou a juta como atividade produtiva viável para o desenvolvimento das populações em regiões de várzea ao longo do rio Amazonas e de seus afluentes. Em uma dessas localidades encontrava-se Muratubinha, que nos anos 1940 era uma das áreas de cultivo e comercialização do produto. Contudo, a produção e comercialização entraram em decadência, visto que, nesse período, as fibras sintéticas (polietileno) começaram a ser comercializadas em larga escala e com custos bem menores.

Outro produto muito cultivado no território quilombola foi o cacau. O município de Óbidos se destacou, no período colonial e republicano, na produção de cacau. Os polos atuais de produção cacaueira em Óbidos são: São Lázaro, Santa Cruz e Livramento. Muratubinha, que faz divisa com a comunidade de Livramento, procurou ser incluída no programa de produção de cacau desde 2007. Contudo, a referida comunidade passou por sérios problemas de inundação, e as plantações de cacau foram perdidas na grande enchente de 2009. Desde então, a vocação da comunidade Muratubinha é viver tentando produzir gêneros hortaliços.

“Antigamente, o igarapé Muratubinha era bem estreitinho”, lembram os moradores mais velhos. “Nas beiras tinha muito cacau, bananal, manga e embaúba. E peixe não faltava na boca do igarapé.” Com o passar dos anos, as enchentes do rio Amazonas foram alargando o curso d’água e mudando a paisagem. Hoje, dizem eles, a vida se organiza em torno da roça de hortaliça, da pescaria e da criação de gado, atividades que sustentam a comunidade. Enquanto isso, segue

⁴ Entrevista realizada no dia 06/02/2020.



em andamento o processo de reconhecimento oficial: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) está regularizando a área como terra quilombola, reafirmando o vínculo histórico do povo quilombola com seu território.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes representam mais do que meros assentamentos geográficos; elas constituem territórios historicamente marcados pela presença e resistência de povos negros no Baixo Amazonas. Seus espaços foram moldados por décadas de ocupação e lutas por terra, em contextos que vão desde a escravidão até o pós-abolição, quando os ex-escravizados buscaram autonomia e construíram suas próprias formas de organização social e produtiva.

O território dessas comunidades, formado por igarapés, lagos, áreas de várzea e restinga, reflete não apenas a riqueza ambiental da região, mas também os saberes e práticas tradicionais que sustentam sua subsistência. Nas memórias dos mais velhos, preservadas oralmente e em práticas cotidianas, observam-se as trajetórias de famílias negras que se estabeleceram na região, consolidando redes de parentesco e relações sociais que garantem a continuidade da comunidade. Esses laços são essenciais para a manutenção de uma territorialidade negra, na qual a terra e os recursos naturais são apropriados de forma coletiva e guiados por valores culturais, afetivos e históricos.

As memórias coletivas dessas comunidades evidenciam sua resistência diante das adversidades: desde as enchentes do rio Amazonas até pressões externas, como a exploração econômica e a marginalização social. O deslocamento sazonal e permanente entre Muratubinha, Mondongo, Igarapé Açú dos Lopes e Arapucu, por exemplo, revela estratégias de sobrevivência, manutenção de vínculos familiares e reafirmação identitária. A história dessas populações demonstra que a resistência quilombola não se limita à preservação do território físico, mas se estende à preservação de sua cultura, de sua memória e de suas formas de organização social.

Portanto, Muratubinha, Mondongo e Igarapé Açú dos Lopes não apenas reafirmam a presença histórica negra no Baixo Amazonas, mas também ilustram como a memória e o território se entrelaçam, formando um espaço de identidade, resistência e reprodução social. O estudo dessas comunidades mostra que a luta pelo território é inseparável da luta por



reconhecimento cultural, justiça social e autonomia econômica, revelando a importância de políticas públicas e iniciativas comunitárias que garantam a preservação desses espaços e a continuidade de suas histórias.



REFERÊNCIAS

ACEVEDO-MARIN, Rosa Elisabeth. **Du Travail esclave au travail libre: lê pará (bresil) sous lê regime colonial er sous l'Empire (XVIIe – XIXe siecles)**. Ecole de Hautes Etudes em Sciences Sociales. Tese de Doutorado. Paris. 1985.

_____. **A escrita da história paraense**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1998.

ALDEN, D. Indian versus Black Slavery in the State of Maranhão during the 17th and the 18th centuries. **Bibliotheca Americana** 1, nº 3, pp. 91 – 142. 1984

BARROS, Marilene Maria Aquino Castro de. **O Farol que guia: a educação de mulheres no Colégio São José / Óbidos - PA (1950 a 1962)**. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém. 2010.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (Sécs. XVII – XIX)**. Paka-Tatu. Belém. 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. O trabalho indígena na Amazônia portuguesa. **História em Cadernos** (Rio de Janeiro), IFCS/UFRJ, v. 3, n.2, set-dez. 1985.

CARREIRA, Antonio. **As Companhias Pombalinas**. Lisboa. Editorial Presença. 1983.

CASTRO, Edna M. Ramos & ACEVEDO-MARIN, Rosa Elisabeth. **Negros do Trombetas: Etnicidade e História**. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA. Belém. 1991.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos sertões: Os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. Volume 1, 5^a ed. São Paulo: Globo, 2008.

FOLHES, Ricardo Theophilo. **O Lago Grande do Curuai: história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Belém, 2016; Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle, Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine, Ecole Doctorale 122, Paris, 2016.

FRAGOSO, Hugo. A era missionária (1686- 1759). In: HOORNAERT, Eduardo (Coord.) **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

FRAGOSO, Hugo; SANTOS, João. Presença franciscana na Prelazia de Óbidos. **Revista Santo Antônio**, Santarém (PA), Ano 61, n. 102, out. 1983.

FUNES, Eurípides. **“Nasci nas matas, nunca tive senhor”**. História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. USP: tese de Doutorado. São Paulo. 1995.



FUNES, Eurípedes. Comunidades Mocambeiras do Trombetas. In: GRUPIONI, Denise F.; ANDRADE, Lúcia M. M. de. **Entre águas Bravas e Mansas, índios & quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Iepé. 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. **Outras fronteiras da liberdade**: mocambos no Grão-Pará colonial (1732 – 1816). In: A Hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII – XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis. 2005.

_____. **História de quilombolas**: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

GUSMÃO, Neusa M. M. de. A questão política das chamadas “terras de preto”. In: LEITE, Ilka B. (Org.), Terras e territórios de negros no Brasil. **Textos e Debates**. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas/UFSC, ano I, n. 2, 1990.

_____. **Negro e camponês**: política e identidade no meio rural brasileiro. In: São Paulo em Perspectiva, revista da Fundação SEADE. Vol. 6, nº 3, jul./set. 1992.

LEMIEUX, Vincent. **Les réseaux d'acteurs sociaux**. Paris: Presses Universitaires de France. 1999.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. UnB/DAN. **Série Antropologia**, nº 322. Brasília. 2002.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B. **Fiéis descendentes**: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História de Óbidos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Instituto Nacional do Livro e Governo do Estado do Pará, 1979.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**. Sob o Regime da Escravidão. Brasília. Ministério da Educação; Belém: Secretaria de Estado de Cultura – Secult; Fundação Cultural “Tancredo Neves”. 1988.

TAVARES, Leandro de Castro. **A folia de São Tomé como traço étnico da cultura Afro-brasileira em Óbidos/PA**. Dissertação de Mestrado UECO. Irati, PR: [s.n], 2018.